

Resumo do Relatório Anual Exercício 2013

Plano C



PSS - Seguridade Social

A

Apresentação

Este relatório resumo foi elaborado conforme a Instrução número 5 de 2013 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Informações mais detalhadas sobre as atividades da PSS no ano de 2013 poderão ser consultadas no relatório anual disponível em nosso site www.pssnet.com.br.

I

Mensagem aos Participantes

Dado o baixo crescimento do PIB brasileiro em 2012, no início de 2013 a expectativa do mercado era de que a taxa de juros continuasse a ser reduzida pelo Banco Central para reativar a economia, a exemplo do que havia acontecido em 2012. Por acreditar nesse cenário, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) resolveu em dezembro de 2012 passar a reduzir gradativamente, a partir de 2013 e em 0,25% por ano, a taxa máxima da meta atuarial dos fundos de pensão, que até 2012 era de 6%. Com essa medida a taxa passou a ser de 5,75% em 2013 e deverá atingir 4,5% em 2018.

Esse otimismo durou pouco, pois no 1º semestre de 2013, para conter o aumento da inflação, o Banco Central iniciou um ciclo de alta da taxa de juros. Além disso, durante o ano houve uma piora na situação fiscal e na perspectiva da avaliação de crédito do país pelos investidores estrangeiros, bem como uma alta da taxa de juros de longo prazo nos Estados Unidos. Esses fatores provocaram uma forte alta nas taxas de juros dos títulos de renda fixa domésticos e baixa no índice Bovespa, que mede o desempenho da renda variável (ações), afetando consideravelmente a rentabilidade das carteiras valorizadas pelo método da marcação a mercado. O Plano C, por ter se utilizado totalmente desse método para valorizar suas carteiras de renda fixa e variável, teve sua rentabilidade bastante afetada.

Em setembro de 2013 recebemos um ofício da PREVIC, determinando a reversão de recursos do Plano B para o Fundo Especial do Plano C, no valor de R\$ 61 milhões. O Fundo Especial corresponde ao excedente dos recursos necessários para suportar as obrigações relativas aos benefícios de risco e à sobrevivência após os 85 anos de idade dos participantes do Plano C. Essa determinação foi provocada pelo fato de a PSS ter feito em dezembro de 2005 uma transferência de recursos do Fundo Especial do Plano C para o Plano B, envolvendo R\$ 20,5 milhões, que, embora embasada no regulamento então vigente do Plano C, somente em 2013 foi apontada pela PREVIC, alegando que desde 2002 a transferência de recursos entre planos estava vedada. Os R\$ 61 milhões transferidos equivaleram aos R\$ 20,5 milhões corrigidos pela rentabilidade do Plano B durante o prazo em que lá permaneceram.

Conforme anunciado no relatório de 2012, a meta atuarial do Plano C passou a flutuar, dependendo do comportamento das taxas dos títulos públicos indexados à inflação, o que significou dizer que ela aumentaria em 2013 caso as taxas desses títulos subissem ou vice

versa. Em 2013, como houve um forte aumento nas taxas de juros, a meta atuarial do Plano C, para as obrigações relativas aos benefícios de risco e à sobrevivência dos participantes após os 85 anos, que era em 2012 de 4,79% ao ano, passou para 5,75% ao ano. Essa nova taxa foi recomendada pelo atuário (Towers Watson) e aprovada pelo Conselho Deliberativo, já que o estudo da taxa interna de retorno do fluxo futuro de benefícios líquido de contribuições desse plano resultou em 6,58% ao ano, superior ao máximo permitido (5,75% ao ano), conforme determina a Resolução CNPC 09/2012.

Apesar de ter sido afetado pela rentabilidade dos investimentos devido à marcação a mercado, mas dada à transferência dos R\$ 61 milhões e da adoção da meta atuarial de 5,75% ao ano, o Fundo Especial do Plano C terminou 2013 com um saldo de R\$ 132 milhões, ou seja, R\$ 45 milhões maior que seu valor ao término de 2012, demonstrando a solidez do Plano.

Durante 2013 houve uma redução do número de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que passaram respectivamente de nove e cinco para seis e três membros. Essa alteração visou adequar esses órgãos ao tamanho que costuma vigorar nas demais entidades do mercado. Além disso, por recomendação da PREVIC, o Diretor Gerente deixou de fazer parte do Conselho Deliberativo, visando melhorar a governança e evitar eventuais conflitos de interesses.

Conforme estabelecido em 2012, para a mitigação dos principais riscos, foram elaboradas em 2013 as Políticas de Comunicação e de Contratos da PSS. Adicionalmente, todos os seus processos foram mapeados e documentados, bem como um plano foi elaborado com o objetivo de garantir a continuidade dos seus negócios em situações de crise.

No restante desse relatório poderão ser analisadas as informações sumárias relativas à gestão do Plano C. Caso queira fazer uma análise mais aprofundada, dados detalhados poderão ser consultados no relatório anual em nosso site na internet.

Boa leitura!
Diretoria Executiva

2

Patrocinadoras

PSS - Seguridade Social
Inbraphil - Inds. Brasileiras Philips Ltda.
Philips do Brasil Ltda. (Incorporou a Philips Eletrônica da Amazônia Ltda.)
Philips Eletrônica do Nordeste Ltda.
Philips Medical Systems Ltda.

Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda.
Dixtal Tecnologia Ind. e Com. Ltda.
Dixtal Biomédica Ind. e Com. Ltda.
Tecso Informática Ltda.

Philips Clinical Informatics - Sistemas de Informação Ltda.
TP Vision Indústria Eletrônica Ltda. (Incorporada pela Envision Ind. de Produtos Eletrônicos Ltda.)

3

Órgãos Estatutários

A direção da PSS é exercida pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva de acordo com as atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social. As responsabilidades, bem como a composição desses órgãos em dezembro de 2013, são as seguintes:

Conselho Deliberativo:
Órgão responsável pelas diretrizes da Entidade.

Euben Silveira Monteiro Junior - *Presidente*
Bruno Ferreira Ferraz de Camargo
Márcio Avila Barbosa
Nelson Kenso Takamine
Maurício Pereira Vilchez - *Repres. dos Partic. Ativos*
Osvaldo Pasqual Castanha - *Repres. dos Partic. Assistidos*

Conselho Fiscal:
Órgão responsável pela fiscalização da Entidade.

Alexandre Quinze
Edson Minto Dias
Sebastião Lopes da Rocha - *Repres. dos Participantes e dos Assistidos*

Diretoria Executiva:
Órgão responsável pela administração da Entidade.

José Carlos Craveiro Cadima - *Diretor Administrativo*
Luiz Augusto Bastos Dias da Silva - *Diretor Gerente e Financeiro*
Administ. Estatutário Tecnic. Qualificado (AETQ)
Wagner Friia - *Diretor de Seguridade*

4 Plano Previdenciário

Plano C - Contribuição Variável (CV)

Nesse plano, aberto para novas adesões desde 1996, os participantes definem o valor das contribuições que farão ao longo dos anos. O valor do benefício é calculado sobre o saldo de conta total, montante acumulado durante o período de contribuição e acrescido da rentabilidade obtida nos investimentos realizados. Quanto maior o período e o valor da contribuição, maior é o benefício.

A contribuição mensal varia de 3% a 8% sobre o salário, de acordo com o percentual escolhido pelo participante, o qual define a contribuição, de mesmo valor, a ser paga pela patrocinadora e, além disso, há a possibilidade de o participante efetuar contribuições voluntárias mensais.

O saldo de conta total, base para o cálculo do benefício, é formado pelas contribuições do participante, da patrocinadora, das contribuições voluntárias e da rentabilidade dos investimentos.

5 Quadro de Participantes e Assistidos

Em 31 de dezembro de 2013 a posição de participantes era:

Patrocinadora	Ativos	Assistidos	Total	
			2013	2012
Philips	2.010	274	2.284	2.241
Sopho	98	7	105	105
TP Vision (não solidária)	230	8	238	444
LP Displays (*)	15	36	51	52
Atos Brasil (*)	10	19	29	30
Jabil (*)	30	1	31	33
Autopatrocínio	251	-	251	233
BPD (Vesting)	252	-	252	163
Auxílio Doença	-	39	39	69
Total:	2.896	384	3.280	3.370

(*) Inclui participantes remanescentes dos planos de retirada de patrocínio.

6 Demonstrações Financeiras

6.1 Demonstração do Ativo Líquido e do Resultado Acumulado

Descrição	R\$ MIL		
	2013	2012	Variação (%)
1 - Ativos (disponível, recebível e investimentos)	943.841	1.018.988	(7,37)
- Disponível	342	85	302,35
- Recebível	1.082	1.213	(10,80)
- Investimento	942.417	1.017.690	(7,40)
2 - Obrigações (*)	890	946	(5,92)
3 - Ativo Líquido (1-2)	942.951	1.018.042	(7,38)
4 - Provisões matemáticas (**)	807.001	913.126	(11,62)
5 - Fundos previdenciais (***)	135.950	104.916	29,58
6 - Superavit/déficit técnico (3-4-5)	-	-	-

PARA MAIS INFORMAÇÕES
VER PÁG. 24 DO RELATÓRIO
ANUAL NO SITE DA PSS

(*) Exigível Operacional + Contingencial
(**) Benefícios a Pagar
(***) Fundo Especial e Fundos de Retirada de Patrocínio

6.2 Demonstração da Mutações do Ativo Líquido

Descrição	R\$ MIL		
	2013	2012	Variação (%)
1 - Ativo Líquido - início do exercício	1.018.042	858.844	18,54
2 - Adições (*)	75.470	202.598	(62,75)
3 - Destinações (**)	(150.561)	(43.400)	246,91
4 - Ativo Líquido - final do exercício	942.951	1.018.042	(7,38)

PARA MAIS INFORMAÇÕES
VER PÁG. 25 DO RELATÓRIO
ANUAL NO SITE DA PSS

(*) Contribuições + Reversão de Contingência + Resultados Positivos dos Investimentos
(**) Pagamento de Benefícios + Resgate Participantes + Resultados Negativos dos Investimentos



6.3 Opinião do Auditor

"Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PSS - Seguridade Social em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc)."

São Paulo, 20 de março de 2014
PriceWaterHouseCoopers – Auditores Independentes

PARA MAIS INFORMAÇÕES
VER PÁG. 43 DO RELATÓRIO
ANUAL NO SITE DA PSS

6.4 Outras Observações sobre as Demonstrações Financeiras

Conforme exigido pela legislação, informamos que não há inadimplência de contribuições dos patrocinadores e nem dívida contratada com os mesmos. Além disso, sobre as demonstrações contábeis não há opinião modificada ou parágrafo de ênfase no relatório do auditor independente e nem apontamentos e recomendações dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

PARA MAIS INFORMAÇÕES
VER PÁG. 61 DO RELATÓRIO
ANUAL NO SITE DA PSS

7 Avaliação da Situação Atuarial

7.1 Taxa Real de Juros Utilizada

Em 2013, como houve um forte aumento nas taxas de juros, a taxa real de juros (a meta atuarial) do Plano C para as obrigações relativas aos benefícios de risco e à sobrevivência dos participantes após os 85 anos, que em 2012 era de 4,79% ao ano, passou para 5,75% ao ano. Essa nova taxa foi recomendada pela Towers Watson (atuário) e aprovada pelo Conselho Deliberativo, já que o estudo da taxa interna de retorno do fluxo futuro de benefícios líquido de contribuições desse plano resultou em 6,58% ao ano, superior ao máximo permitido (5,75% ao ano), conforme determina a Resolução CNPC 09/2012.

7.2 Demais Hipóteses Econômicas e Financeiras

Projeção do crescimento real de salário	2,50% a.a
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	
Salários	98%
Benefícios do plano	98%

7.3 Hipóteses Biométricas e Demográficas

Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 Basic
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO – 1958
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2005 a 2009
Tábua de Morbidez	Experiência Towers Watson

7.4 Variação do Passivo Atuarial

As variações nas provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder (vide item 6.1) foram acarretadas pelo aumento da taxa real anual de juros, que passou de 4,79% para 5,75%, e pelos participantes que iniciaram o recebimento do benefício em 2013.

7.5 Superávit Técnico do Plano

Em 31 de dezembro de 2013 o resultado do plano foi zero (vide item 6.1), dada a sua forma de contabilização, que estabelece que ele é igual ao total dos investimentos, menos o total de contas dos participantes, menos a provisão matemática de benefícios de risco/sobrevivência após 85 anos, menos os fundos de retirada de patrocínio e menos o Fundo Especial. Destacamos que o saldo do Fundo Especial terminou o exercício com o valor de R\$ 132 milhões, ou seja, R\$ 45 milhões maior do que seu valor em 31 de dezembro de 2012. Esse crescimento foi influenciado por uma transferência de R\$ 61 milhões do Plano B, atendendo a uma determinação da PREVIC.

7.6 Conclusão do Atuário

"Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos".

São Paulo, 17 de março de 2014
Towers Watson Consultoria Ltda.

PARA MAIS INFORMAÇÕES VER
PÁGS. 25 A 36 DO RELATÓRIO
ANUAL NO SITE DA PSS

8 Demonstrativos dos Investimentos

8.1 Gestão Externa (Terceirizada)

Segmento	R\$ MIL		Percentual (%)				
	Patrimônio	Despesas Administrativas	Distribuição no Plano	Distribuição entre Gestores	Rentabilidade Líquida	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
RENDA FIXA							
FUNDO/GESTOR							
- Fidelidade L FI RF Previd. Longo Prazo / HSBC	148.632	295	15,80	20,04	(9,84)	(9,95)	0,11
- Life FI Renda Fixa Longo Prazo / BTG Pactual	148.362	299	15,80	20,00	(9,61)	(9,95)	0,34
- FI Renda Fixa Multiply Longo Prazo / Santander	148.343	316	15,70	20,00	(9,94)	(9,95)	0,01
- FI Renda Fixa Ideal Longo Prazo / Sul América	148.157	293	15,70	19,98	(10,20)	(9,95)	(0,25)
- Futuro Previdenciário Renda Fixa FI / Itaú	148.133	292	15,70	19,98	(9,91)	(9,95)	0,04
TOTAL	741.627	1.495	78,70	100,00	(9,91)	(9,95)	0,04

(1) 15% IMAC + 85% IMAB

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência.

Segmento	R\$ MIL		Percentual (%)				
	Patrimônio	Despesas Administrativas	Distribuição no Plano	Distribuição entre Gestores	Rentabilidade Líquida	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
RENDA VARIÁVEL							
FUNDO/GESTOR							
- Bradesco FIA Ideal / Bradesco	38.842	140	4,10	20,23	(8,15)	(15,50)	7,35
- Life FI Em Ações / Western	38.660	134	4,10	20,13	(11,15)	(15,50)	4,35
- Luxor Ações FI / Itaú-Unibanco	38.595	213	4,10	20,10	(13,79)	(15,50)	1,71
- Previdência "B" FI Em Ações / BTG Pactual	38.381	117	4,10	19,99	(8,20)	(15,50)	7,30
- FIA Multiply Variable / BNP Paribas	37.550	217	4,00	19,55	(13,11)	(15,50)	2,39
TOTAL	192.028	821	20,40	100,00	(10,91)	(15,50)	4,59

(1) 100% IBOVESPA

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência.

8.2 Gestão Interna (Própria)

Segmento	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.762	0,9	11,46	11,97	(0,51)

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência.

PARA MAIS INFORMAÇÕES
VER PÁG. 37 DO RELATÓRIO
ANUAL NO SITE DA PSS

9 Demonstrativo de Rentabilidade por Perfil

RENTABILIDADE ACUMULADA					
Perfil/Período	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	96 meses
Ultraconservador ⁽²⁾	-9,91%	12,17%	27,31%	50,88%	
Conservador	-10,03%	10,19%	18,09%	36,16%	154,34%
Moderado	-10,15%	8,55%	11,36%	25,68%	143,06%
Agressivo	-10,29%	6,84%	4,87%	15,79%	130,43%
Selic	8,21%	17,39%	31,03%	43,85%	128,90%
Bovespa	-15,51%	-9,25%	-25,69%	-24,91%	53,94%
CDI	8,06%	17,15%	30,73%	43,49%	127,86%
Cademeta de Poupança	6,32%	13,31%	21,81%	30,10%	75,43%
Cademeta de Poupança MP 567/12 ⁽³⁾	5,67%	8,57% ⁽⁴⁾			
IPC-DI + 6% ao ano ⁽¹⁾	11,94%	25,62%	41,53%	58,61%	136,20%

(1) Coeficiente atuarial do plano corrigido pelo IPC-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

(2) Perfil desde jan/2010.

(3) Medida Provisória nº 567/2012 que alterou as regras da poupança para novos depósitos feitos a partir de 04/05/2012.

(4) Rentabilidade acumulada de 18 meses.

RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

10 Demonstrativo de Gestão

10.1 Plano de Gestão Administrativa (PGA) – Interna

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	%
1. Custeio da Gestão Administrativa (Receitas)	2.432	100,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.432	100,00
2. Despesas Administrativas (Previdencial e Investimentos)	2.432	100,00
Pessoal e encargos		
- Diretoria salários	548	22,53
- Diretoria bônus (*)	79	3,25
- Demais funcionários salários	613	25,21
- Demais funcionários bônus (*)	36	1,48
Total Pessoal e encargos	1.276	52,47
Serviços de terceiros	795	32,69
Despesas gerais	155	6,37
Depreciações e amortizações	12	0,49
Contingências	114	4,69
Outras Despesas	80	3,29
Despesas Administrativas (2) / Ativo do Plano (Item - 6.1)		(**) 0,26

10.2 Gestão de Investimentos – Externa (Terceirizada)

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	%
Taxa Administrativa	1.053	45,5
Custódia	364	15,7
Corretagem	332	14,3
Despesas Gerais	251	10,8
Taxa Fiscalização CVM	245	10,6
Auditorias	71	3,1
TOTAL	2.316	100,0

(*) Os bônus são dependentes do atingimento de metas pessoais dos funcionários e de metas de resultados das patrocinadoras.

(**) Inferior ao limite de 0,40% estabelecido pelo Conselho Deliberativo no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa).

Política de Investimentos para 2014

A Política de Investimentos de 2014 tem como objetivo definir as diretrizes dos investimentos do Plano C, para os gestores, o custodiante dos recursos, os órgãos reguladores, os participantes e os beneficiários.

Alocação de recursos

Os recursos do Plano C serão alocados nos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, através dos chamados fundos de investimentos exclusivos, ou seja, nos quais a PSS é a única cotista. Conforme a opção de cada participante o seu saldo de conta será investido proporcionalmente nesses dois segmentos. Adicionalmente, para os recursos que não fazem parte do saldo de conta dos participantes haverá alocação no segmento de Empréstimos.

As alocações ocorrerão conforme os limites abaixo:

Renda Fixa - No máximo 100% e no mínimo 50% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

Renda variável - No máximo 50% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

Empréstimos - No máximo 5% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento. O limite para as operações com cada um dos participantes ativos e assistidos será de cinco e duas vezes o salário/benefício respectivamente. A taxa de juros cobrada será igual à IPC/DI da FGV + 6% ao ano. Além disso, será cobrada, no ato da liberação de cada empréstimo, uma taxa administrativa.

PARA MAIS INFORMAÇÕES
VER PÁGS. 39 A 42 DO RELATÓRIO
ANUAL NO SITE DA PSS

12 Descrição dos Perfis de Investimento

Perfil de investimento é uma classificação subjetiva quanto à pré-disposição do participante em assumir riscos. Por outro lado, risco é a possibilidade da ocorrência de um evento adverso, que resulte direta ou indiretamente em perda econômica. Para assumir mais risco é necessária uma expectativa de retorno superior. A adequação de um perfil de investimento dependerá da fase de vida do participante, de suas expectativas e do risco que está disposto a correr para atingi-las. Os perfis de investimento oferecidos pelo Plano C são os seguintes:

Perfil D - Ultraconservador: nesse perfil a carteira de investimentos é 100% composta por títulos de renda fixa públicos e privados, na maioria indexados à variação da inflação. É um investimento para quem procura obter um ganho acima da inflação no longo prazo. Tende a ser um perfil de investimento adequado para participantes já suplementados ou que estão próximos da suplementação. É o perfil da PSS com menor risco.

Perfil A - Conservador: nesse perfil 80% da carteira de investimentos é composta por títulos de renda fixa públicos e privados e 20% de renda variável (ações cotadas em bolsa). Tende a ser um perfil de investimento adequado para participantes próximos da suplementação. Possui risco superior ao perfil Ultraconservador.

Perfil B - Moderado: nesse perfil 65% da carteira de investimentos é composta por títulos de renda fixa públicos e privados e 35% de renda variável (ações cotadas em bolsa). Tende a ser um perfil de investimento adequado para participantes que estão a um prazo razoavelmente distante da suplementação. Possui risco superior aos perfis Ultraconservador e Conservador.

Perfil C - Agressivo: nesse perfil 50% da carteira de investimentos é composta por títulos de renda fixa públicos e privados e 50% de renda variável (ações cotadas em bolsa). Tende a ser um perfil de investimento adequado para participantes que estão a um prazo distante da suplementação. É o perfil da PSS com maior risco e conforme o regulamento do Plano C não pode ser escolhido por participantes com mais de 55 anos de idade.



PSS - Seguridade Social

www.pssnet.com.br

Rua Dr. Rafael de Barros, 209 - 11º andar - Conj.112 - Paraíso - São Paulo - SP
CEP: 04003-041 - PABX: (11) 3594-6150